

**AFRICANIDADES CATARINENSES (1738–1822): PRESENÇAS, EXPERIÊNCIAS E LEGADOS
NA FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SANTA CATARINA**

**CATARINIAN AFRICANITIES (1738–1822): PRESENCES, EXPERIENCES AND LEGACIES IN
THE SOCIAL AND CULTURAL FORMATION OF SANTA CATARINA**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.069-005>

Gilian Evaristo França Silva

Professor de História – Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Araquari
E-mail: gilian.silva@ifc.edu.br

Vitória Maria Santos Silva

Graduanda do curso de Psicologia – Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
E-mail: vitória.psic20@gmail.com

Nayara Marcelly Ferreira da Silva

Doutoranda em Antropologia Social – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
E-mail: nana.nayara26@gmail.com

Resumo

O estudo analisa a presença, as experiências e os legados de africanos e afrodescendentes na formação social e cultural de Santa Catarina entre 1738 e 1822. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em documentação do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. O objetivo é compreender a participação de homens e mulheres africanos e seus descendentes na ocupação do território, nas atividades produtivas, nas redes de sociabilidade, na defesa da capitania e na constituição do patrimônio material e imaterial catarinense. A análise evidencia que a presença africana foi numericamente significativa e estrutural para a sociedade colonial, abrangendo o trabalho agrícola, as armações baleeiras, os serviços urbanos, as estruturas militares, as irmandades religiosas e diferentes formas de mobilidade social. Os resultados contribuem para problematizar narrativas centradas exclusivamente na colonização europeia e para reconhecer a participação africana e afrodescendente na formação histórica de Santa Catarina.

Palavras-chave: Africanidades; Diáspora africana; Escravidão; Santa Catarina.

Abstract

This study analyzes the presence, experiences, and legacies of Africans and people of African descent in the social and cultural formation of Santa Catarina between 1738 and 1822. It is a bibliographical and documentary study based on records from the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). The study aims to understand the participation of African men and women, as well as their descendants, in the occupation and

organization of the territory, productive activities, social networks, the defense of the captaincy, and the formation of Santa Catarina's tangible and intangible heritage. The analysis demonstrates that the African presence was both numerically significant and structurally important to colonial society, encompassing agricultural labor, whaling stations, urban services, military structures, religious brotherhoods, and various forms of social mobility. The findings contribute to challenging narratives centered exclusively on European colonization and to recognizing the fundamental role played by Africans and people of African descent in the historical formation of Santa Catarina.

Keywords: African diáspora; Africanities; Santa Catarina; Slavery.

1 INTRODUÇÃO

A história de Santa Catarina foi, durante longo período, narrada a partir de uma perspectiva que privilegiou a colonização de origem açoriana e, posteriormente, os diferentes fluxos de imigração europeia ocorridos ao longo do século XIX. Essa interpretação contribuiu para a construção e consolidação de uma determinada identidade regional, associada à ideia de uma Santa Catarina predominantemente europeia, branca e culturalmente vinculada às tradições portuguesas, germânicas, italianas e de outros grupos imigrantes. Embora esses processos tenham desempenhado papel relevante na constituição histórica do território, a centralidade conferida à experiência europeia acabou por produzir silenciamentos e invisibilidades em relação a outros grupos que participaram, de maneira decisiva, da formação da sociedade catarinense.

Entre essas presenças secundarizadas encontram-se os povos indígenas, os africanos e seus descendentes, cuja participação na formação de Santa Catarina foi, durante muito tempo, pouco contemplada pelas narrativas tradicionais. A representação de uma sociedade catarinense essencialmente constituída pela imigração europeia contribuiu para obscurecer a diversidade étnica, social e cultural existente no território desde o período colonial. Tal perspectiva não apenas restringiu a compreensão da complexidade da formação regional, mas também dificultou o reconhecimento das experiências, das práticas culturais, das relações de trabalho e das estratégias de sobrevivência e resistência desenvolvidas por populações africanas e afrodescendentes.

Nas últimas décadas, entretanto, pesquisas no campo da História Social, da História da Escravidão, da História da África e da diáspora africana têm contribuído para a revisão dessas interpretações. Novos estudos e a ampliação do acesso a fontes documentais têm demonstrado que africanos e afrodescendentes estiveram presentes de forma significativa no território catarinense e participaram ativamente de diferentes dimensões da vida social. Sua presença pode ser identificada não apenas nas relações escravistas e nas atividades econômicas, mas também na agricultura, na pesca, na produção artesanal, nos serviços, nas

atividades portuárias e comerciais, na ocupação e transformação dos espaços urbanos e rurais, bem como na constituição de relações familiares, comunitárias e de sociabilidade.

Nesse sentido, compreender a presença africana em Santa Catarina exige ultrapassar uma perspectiva que reduza esses sujeitos à condição de mão de obra escravizada. Homens, mulheres e crianças africanos e afrodescendentes foram sujeitos históricos que construíram trajetórias próprias, estabeleceram vínculos familiares e comunitários, desenvolveram estratégias de negociação e resistência, produziram formas de sociabilidade e contribuíram para a construção de práticas culturais que permaneceram e se transformaram ao longo do tempo. A experiência da diáspora africana, portanto, deve ser compreendida como parte integrante dos processos de ocupação, organização e transformação do território catarinense.

O presente capítulo analisa os legados africanos no território constitutivo da Capitania de Santa Catarina entre 1738 e 1822, período que compreende a criação da capitania e se estende até o processo de Independência do Brasil. A escolha desse recorte temporal permite observar a presença africana e afrodescendente em um momento fundamental da constituição das estruturas políticas, econômicas e sociais que marcaram a formação histórica da região. Busca-se compreender de que maneira homens e mulheres africanos, escravizados e livres, bem como seus descendentes, participaram da ocupação e organização do território, das atividades produtivas, da circulação de pessoas e mercadorias, da formação de redes familiares e de sociabilidade e da construção de práticas culturais que contribuíram para a constituição da sociedade catarinense.

A análise pressupõe que a presença africana não pode ser compreendida como elemento periférico ou circunstancial da história de Santa Catarina. Ao contrário, africanos e afrodescendentes estiveram inseridos nas principais dinâmicas econômicas, sociais e territoriais, contribuindo para a produção da riqueza, para a organização do trabalho e para a construção das comunidades que se estabeleceram no território. A escravidão, nesse contexto, não deve ser analisada apenas como uma instituição econômica, mas como um sistema que estruturou relações sociais, hierarquias, formas de poder e mecanismos de dominação, ao mesmo tempo em que foi constantemente tensionado pelas ações e estratégias dos próprios sujeitos submetidos a ele.

Assim, ao analisar os legados africanos entre 1738 e 1822, este capítulo busca demonstrar que a história de Santa Catarina é também uma história de diáspora, trabalho, circulação, resistência, sociabilidade, criação cultural e construção de identidades africanas e afrodescendentes. Recuperar essas experiências constitui um esforço de valorização da diversidade histórica do território catarinense e de enfrentamento dos silenciamentos produzidos por determinadas tradições historiográficas. Mais do que inserir os africanos e seus descendentes em uma narrativa já estabelecida, pretende-se compreender como suas presenças, ações e experiências contribuíram para constituir a própria sociedade que se formava em Santa Catarina.

2 METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em levantamento bibliográfico e documental, articulando a produção historiográfica sobre a presença africana e afrodescendente em Santa Catarina à análise de fontes históricas produzidas durante o período colonial. O estudo adota uma abordagem histórica e qualitativa, buscando compreender os sujeitos, as relações sociais e as dinâmicas econômicas, políticas e culturais que marcaram a presença africana e afrodescendente no território da Capitania de Santa Catarina entre 1738 e 1822. Mais do que quantificar essa presença, a investigação procura compreender suas diferentes formas de inserção na sociedade colonial e identificar as marcas deixadas por esses sujeitos nos processos de ocupação, organização e transformação do território.

No âmbito da pesquisa documental, destaca-se a consulta à documentação disponível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal, instituição que reúne um amplo conjunto de registros relacionados à administração colonial portuguesa e às diferentes capitanias do Brasil. A documentação constitui importante fonte para a compreensão das relações estabelecidas entre a administração metropolitana, as autoridades coloniais e as populações que habitavam o território catarinense.

A análise documental considera as especificidades de produção, circulação e preservação das fontes históricas. Nesse sentido, os documentos não são compreendidos como registros neutros ou como reproduções transparentes da realidade histórica, mas como produções vinculadas a determinadas instituições, agentes e relações de poder. Essa perspectiva permite problematizar os limites das fontes e, simultaneamente, explorar as possibilidades que elas oferecem para a recuperação de experiências históricas frequentemente pouco visibilizadas pela historiografia tradicional.

O recorte temporal entre 1738 e 1822 corresponde a um período particularmente significativo para a análise, pois compreende a criação da Capitania de Santa Catarina e acompanha importantes transformações políticas, econômicas, territoriais e sociais ocorridas até o processo de Independência do Brasil. A adoção desse marco permite observar a presença africana e afrodescendente em um período de consolidação das estruturas coloniais e de intensificação das relações econômicas e administrativas que contribuíram para a formação da sociedade regional.

Assim, a metodologia adotada procura combinar a análise sistemática da documentação com uma perspectiva historiográfica crítica, tendo como princípio a necessidade de recuperar sujeitos e experiências que permaneceram relativamente invisibilizados nas narrativas tradicionais sobre Santa Catarina. Ao articular bibliografia e fontes primárias, a pesquisa busca não apenas acrescentar informações sobre africanos e afrodescendentes à história regional, mas contribuir para uma revisão mais ampla das interpretações acerca da própria formação da sociedade catarinense. A presença africana é, desse modo, investigada como elemento constitutivo das estruturas demográficas, econômicas, sociais, religiosas, militares e culturais que marcaram a trajetória histórica da Capitania de Santa Catarina entre 1738 e 1822.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão da presença africana e afrodescendente na formação histórica de Santa Catarina exige o deslocamento de uma perspectiva historiográfica que, durante longo período, privilegiou a colonização portuguesa de origem açoriana e, posteriormente, os processos de imigração europeia ocorridos sobretudo ao longo do século XIX. Essa tradição interpretativa contribuiu para consolidar uma representação de Santa Catarina associada predominantemente à herança europeia, deixando em segundo plano a participação de indígenas, africanos e afrodescendentes na constituição da sociedade regional. Recuperar essas presenças significa, portanto, mais do que acrescentar novos sujeitos a uma narrativa já estabelecida: implica problematizar os próprios processos por meio dos quais determinados grupos foram tornados mais visíveis do que outros na escrita da história catarinense.

Essa problematização é particularmente necessária quando se considera o período compreendido entre 1738 e 1822. A criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, em 1738, esteve relacionada ao projeto português de consolidação da fronteira meridional da América e à necessidade de garantir o controle de uma posição estratégica no Atlântico Sul. A Ilha de Santa Catarina ocupava uma localização privilegiada nas rotas marítimas entre o Rio de Janeiro e a região do Rio da Prata, tornando-se importante ponto de apoio para a circulação marítima e para a defesa dos interesses portugueses. A expansão da presença portuguesa na região envolveu, portanto, não apenas a instalação de núcleos de povoamento, mas também a construção de fortificações, a organização de estruturas administrativas e militares e a criação de mecanismos destinados a assegurar a ocupação e a defesa do território.

Como demonstra Dallabrida (2004), a formação de Santa Catarina deve ser inserida no contexto mais amplo da expansão portuguesa e da organização do Atlântico Sul. Essa perspectiva permite compreender o território catarinense não como espaço isolado, mas como parte de uma rede política, econômica e estratégica que articulava diferentes regiões da América portuguesa. A instalação de colonos açorianos e madeirenses foi uma das dimensões desse projeto de ocupação, mas não esgotou sua composição populacional nem explica, isoladamente, o funcionamento da sociedade que se constituiu na capitania. Paralelamente ao deslocamento de colonos europeus, desenvolveu-se a incorporação de africanos escravizados às atividades produtivas, domésticas, urbanas e militares, fazendo da presença africana um componente estrutural da formação da sociedade catarinense.

É justamente nesse ponto que a análise documental permite questionar representações construídas posteriormente acerca de uma Santa Catarina essencialmente europeia. A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, embora produzida predominantemente por autoridades administrativas, militares ou particulares vinculados às estruturas coloniais, oferece numerosos indícios da presença africana e afrodescendente. Esses sujeitos nem sempre aparecem nos documentos porque as instituições pretendiam registrar suas experiências. Frequentemente, são mencionados em requerimentos

relacionados ao trabalho, em documentos sobre abastecimento e defesa, em registros de conflitos, em questões de circulação ou em situações envolvendo propriedade e controle. Essa característica fragmentária da documentação exige uma leitura que considere tanto aquilo que os documentos explicitamente registram quanto as relações sociais que podem ser reconstruídas a partir desses indícios.

Tal procedimento encontra fundamento nas reflexões de Michel de Certeau (2002), para quem a escrita da história resulta de uma operação de seleção, interpretação e organização dos vestígios do passado. A documentação não constitui, portanto, uma reprodução transparente da realidade histórica, mas um registro produzido em condições determinadas e atravessado pelas instituições, pelos interesses e pelas relações de poder de seu tempo. Roger Chartier (1988; 2002), por sua vez, chama atenção para a relação entre práticas e representações, permitindo considerar que os registros sobre africanos e afrodescendentes também expressam as categorias sociais por meio das quais a sociedade colonial procurava classificar, organizar e controlar seus diferentes grupos. A leitura das fontes deve, assim, ultrapassar a informação imediata e procurar compreender as práticas sociais e as relações de poder que se encontram por trás dos registros.

Um dos documentos do AHU evidencia de maneira particularmente clara a relação entre escravidão, produção e organização da capitania. Em 1749, José Francisco de Sousa dirigiu requerimento ao rei D. João V solicitando escravos para trabalhar na lavoura de suas terras, propondo que o pagamento do empréstimo fosse realizado por meio dos frutos produzidos, especialmente farinha destinada às tropas (AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 60). O documento é revelador porque coloca a mão de obra escravizada no centro de uma cadeia que articulava propriedade rural, produção agrícola, abastecimento e defesa militar. A utilização de trabalhadores escravizados não aparece, nesse caso, como uma relação econômica restrita à propriedade privada, mas vinculada às necessidades mais amplas de manutenção da capitania.

A produção de farinha destinada às tropas evidencia, assim, a integração entre economia e defesa territorial. O trabalho dos escravizados participava de circuitos fundamentais para a sustentação material da sociedade colonial, contribuindo para o abastecimento das estruturas militares e dos núcleos de povoamento. Essa evidência reforça a necessidade de compreender a escravidão como componente de uma rede econômica mais ampla, envolvendo produção, circulação, consumo e administração. A presença africana não estava, portanto, à margem do processo de constituição territorial; encontrava-se integrada às próprias condições materiais que permitiram a consolidação da presença portuguesa na região.

Essa constatação pode ser relacionada à análise de Luciano Costa Gomes (2017), que, ao estudar a história da população de Santa Catarina entre 1787 e 1836, chama atenção para a importância de considerar conjuntamente livres, libertos e escravizados. A utilização dessas diferentes categorias permite visualizar uma estrutura populacional mais complexa do que aquela produzida por interpretações que enfatizam exclusivamente a população livre de origem europeia. A população africana e afrodescendente participava

da dinâmica demográfica da região em diferentes condições jurídicas e sociais, constituindo parcela importante da sociedade catarinense.

Os dados populacionais reunidos para o período confirmam a necessidade desse deslocamento interpretativo. Entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, os africanos e seus descendentes, livres, libertos ou escravizados, representavam parcela expressiva da população catarinense, chegando, segundo os levantamentos utilizados nesta pesquisa, a aproximadamente 20% do conjunto populacional. Na Ilha de Santa Catarina, em 1796, os escravizados correspondiam a cerca de 22% da população, encontrando-se concentrados especialmente na Vila do Desterro e em freguesias agrícolas como Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição e Santo Antônio de Lisboa. Esses números são particularmente significativos porque demonstram que a população negra não constituía presença episódica ou residual, mas participava de maneira expressiva da composição social da capitania.

A concentração da população escravizada em áreas urbanas e rurais revela também a diversidade de suas inserções econômicas. No campo, o trabalho africano e afrodescendente esteve associado à produção de farinha de mandioca, açúcar, aguardente, arroz, milho e feijão, além da criação de animais e de diferentes atividades vinculadas à pesca. A farinha de mandioca assumiu especial importância na economia catarinense, inclusive por sua função no abastecimento de outras áreas da América portuguesa. Nesse sentido, o documento de 1749, ao relacionar diretamente o trabalho escravizado à produção de farinha para as tropas, constitui evidência concreta de uma dinâmica econômica que os dados demográficos ajudam a dimensionar.

Outro setor no qual a presença africana adquiriu importância foi a atividade baleeira. As armações constituíram importantes núcleos econômicos e mobilizaram expressiva quantidade de mão de obra escravizada. A Armação da Piedade, fundada em 1746, tornou-se um dos principais estabelecimentos dessa atividade e, segundo os dados reunidos pela pesquisa, contava com mais de uma centena de escravizados africanos em meados do século XVIII. A atividade baleeira exigia diferentes tipos de trabalho, desde a captura das baleias até o processamento da gordura, a produção de óleo, o transporte e a manutenção das instalações. A participação de africanos e afrodescendentes nesses processos demonstra que sua presença estava associada a atividades econômicas fundamentais para a inserção da capitania nos circuitos produtivos coloniais.

A inserção econômica da população negra se manifestava nos espaços urbanos. Africanos e afrodescendentes desempenhavam atividades variadas, entre elas trabalhos como carregadores, pescadores, artesãos, barbeiros, cozinheiras, quitandeiras, amas de leite e trabalhadores ao ganho. A diversidade dessas ocupações demonstra que o trabalho africano não estava limitado a um único setor produtivo. Ao contrário, atravessava diferentes dimensões da vida econômica e cotidiana, contribuindo para o funcionamento das vilas, das propriedades rurais, das atividades comerciais e dos serviços.

Essa presença econômica deve ser compreendida em conexão com a própria estrutura da sociedade escravista. Como argumenta Sílvia Hunold Lara (2007), a escravidão na América portuguesa não pode ser analisada apenas como sistema de exploração do trabalho. Ela estruturava relações sociais, formas de poder, práticas cotidianas e experiências culturais. A condição de escravizado atravessava diferentes espaços da vida colonial, mas não eliminava a capacidade de ação dos sujeitos. Por isso, a análise da escravidão precisa considerar simultaneamente as estruturas de dominação e as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos submetidos a elas.

As estruturas militares constituem outro campo privilegiado para observar essa presença. O despacho do Conselho Ultramarino sobre a guarnição de Santa Catarina, de 17 de julho de 1747, evidencia a preocupação da administração portuguesa com a organização da defesa da capitania (AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 37). O documento deve ser compreendido no contexto da consolidação da presença portuguesa no Atlântico Sul, quando a defesa do território dependia da construção e manutenção de fortificações, guarnições e estruturas de abastecimento.

As fortificações, entretanto, não devem ser compreendidas exclusivamente como instalações militares. Como demonstra Colaço (2011), o cotidiano das fortificações catarinenses envolvia diferentes atividades e relações sociais, articulando defesa, manutenção, abastecimento e circulação de pessoas. Essa perspectiva permite ampliar a investigação sobre a presença africana, considerando que os espaços militares também integravam a vida econômica e social da capitania. Pretos e pardos participaram de diferentes atividades relacionadas à construção, manutenção e funcionamento das estruturas defensivas, inserindo-se em um processo de produção material do território.

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente no ofício encaminhado pelo governador Francisco de Sousa de Meneses, em 15 de setembro de 1768, acerca do estado dos escravos pertencentes ao preso José de Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, que se encontravam na fortaleza da ilha (AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 71). A fonte revela a presença de pessoas escravizadas em um espaço militar e demonstra como as estruturas de defesa também podiam funcionar como locais de custódia, vigilância e controle. A fortaleza aparece, assim, como espaço no qual se articulavam defesa territorial e relações de poder sobre indivíduos escravizados.

A presença de escravizados em espaços militares evidencia que a condição escravista atravessava diferentes instituições da sociedade colonial. Não se tratava apenas de uma relação estabelecida entre proprietários e trabalhadores em propriedades rurais. O controle sobre pessoas escravizadas podia envolver autoridades administrativas, estruturas militares e mecanismos jurídicos. A documentação do AHU permite observar justamente essas conexões, revelando uma sociedade na qual trabalho, propriedade, circulação e poder estavam profundamente articulados.

A mobilidade constitui outra dimensão importante dessa experiência. Em 1783, Rodrigo Antônio Gonçalves dirigiu à rainha D. Maria I um requerimento no qual solicitava que fosse concedida aos escravos que passassem para domínios estrangeiros a mesma facilidade prevista pelo alvará de 14 de junho de 1751, sem cobrança de fiança (AHU-Santa Catarina, cx. 5, doc. 51). O documento demonstra que a circulação de escravizados era objeto de regulamentação administrativa e evidencia a preocupação das autoridades com os deslocamentos que ultrapassavam os limites da capitania.

A preocupação em controlar a circulação revela uma contradição própria da sociedade escravista. Embora o sistema procurasse fixar os indivíduos à condição de propriedade, a vida colonial era marcada pela mobilidade. Escravizados podiam deslocar-se em razão do trabalho, das atividades econômicas, das relações familiares, das necessidades militares ou de outras circunstâncias. A existência de mecanismos destinados a regular esses movimentos demonstra que a circulação fazia parte da realidade social e que o controle sobre ela constituía uma preocupação das autoridades.

Essa documentação também contribui para superar uma visão que reduz a experiência africana à escravidão. A sociedade colonial era composta por escravizados, libertos e livres, e as trajetórias individuais podiam modificar-se ao longo do tempo. Gomes (2017) demonstra a importância de considerar essas diferentes condições para compreender a dinâmica populacional. A existência de libertos envolvidos em atividades econômicas, relações familiares, instituições religiosas e outras formas de sociabilidade revela trajetórias marcadas por diferentes graus de autonomia e inserção social.

As possibilidades de mobilidade social também podem ser observadas por meio das alforrias. Homens e mulheres escravizados podiam alcançar a liberdade por diferentes caminhos, incluindo a compra da própria alforria, concessões senhoriais e relações familiares. A existência de libertos e de indivíduos negros em diferentes posições sociais evidencia que a experiência afrodescendente não se encerrou na condição jurídica do cativo. Ao mesmo tempo, essas possibilidades não devem ser interpretadas como expressão de uma sociedade igualitária: eram estratégias desenvolvidas dentro de uma estrutura profundamente desigual e marcada pela violência da escravidão.

A análise da experiência africana precisa, portanto, considerar a tensão entre dominação e agência. A escravidão impunha exploração, coerção e controle, mas os indivíduos submetidos a esse sistema desenvolveram diferentes estratégias para ampliar suas margens de autonomia. É nesse sentido que as contribuições de Lara (2007) são importantes para compreender o cotidiano escravista e as relações de poder, enquanto Jesus e Symansky (2007) chamam atenção para a necessidade de ampliar os olhares sobre africanos e afrodescendentes, considerando a diversidade de suas experiências históricas.

As relações de sociabilidade constituem, nesse processo, dimensão fundamental. A documentação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, especialmente os Compromissos de 1807 e 1842, possibilita observar espaços de organização coletiva construídos pela população negra. As irmandades religiosas não

devem ser compreendidas apenas como instituições destinadas ao exercício da devoção católica. Elas também constituíam espaços de solidariedade, auxílio mútuo, pertencimento, organização comunitária e construção de identidades.

A historiografia sobre as irmandades negras contribui significativamente para essa interpretação. Célia Maria Borges (2005), ao estudar as Irmandades do Rosário em Minas Gerais, demonstra como devoção e solidariedade estavam articuladas à experiência de escravizados e libertos. João José Reis (1996), por sua vez, destaca a importância das irmandades negras para a construção de identidades e para a expressão da diversidade étnica no contexto da escravidão. Os Compromissos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Vila de Nossa Senhora do Desterro, mostram ainda as regras de pertencimento, as obrigações dos irmãos, as formas de organização e os mecanismos de participação em uma instituição constituída no interior da população negra. A existência desses espaços evidencia que africanos e afrodescendentes não eram apenas objetos das políticas e das relações sociais impostas pelas autoridades e pelos proprietários. Eles também criavam instituições e construíam redes próprias de solidariedade.

A religiosidade assumia, assim, dimensão social e identitária. Participar de uma irmandade significava integrar uma comunidade, estabelecer relações de auxílio e reconhecimento e construir formas coletivas de pertencimento. A devoção religiosa podia coexistir com práticas de sociabilidade e com estratégias de negociação de posições dentro da sociedade colonial. A experiência das irmandades revela, portanto, uma dimensão importante da capacidade de organização das populações negras.

Essa questão precisa ser relacionada à diversidade interna da população africana. Os africanos trazidos para a América portuguesa não constituíam um grupo homogêneo. Eram provenientes de diferentes regiões do continente africano e possuíam experiências culturais, linguísticas e sociais diversas. As categorias utilizadas nos documentos coloniais para identificar esses sujeitos — quando aparecem — precisam ser compreendidas dentro das circunstâncias históricas em que foram produzidas. A contribuição de Reis (1996) é particularmente relevante nesse aspecto, ao demonstrar que identidade e diversidade étnica eram dimensões dinâmicas da experiência das populações.

As relações de identidade estavam, por sua vez, associadas às formas de controle social. Luiz Geraldo Silva (2001), ao analisar as relações entre etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa, demonstra que a sociedade escravista era marcada por tensões permanentes. O controle da circulação, do trabalho e das formas de organização coletiva fazia parte de uma estrutura destinada a preservar a ordem escravista. Os documentos do AHU podem ser lidos também sob essa perspectiva.

A própria economia da capitania demonstra essa perspectiva. O trabalho africano estava presente na agricultura, na atividade baleeira, na pesca, nos serviços urbanos e nas estruturas de abastecimento. A documentação de 1749, ao relacionar escravizados, produção de farinha e abastecimento das tropas, permite observar uma dessas conexões de maneira particularmente clara. As fontes militares acrescentam outra

dimensão, demonstrando a inserção de pessoas escravizadas nos espaços de defesa e controle. Os documentos relativos à circulação revelam mecanismos destinados a regulamentar os deslocamentos. Os Compromissos do Rosário, por sua vez, evidenciam formas de organização e sociabilidade construídas pela população negra.

Esses diferentes registros precisam ser analisados conjuntamente. Quando articulados permitem perceber uma presença que atravessava diferentes setores da sociedade colonial. É essa articulação que possibilita transformar evidências fragmentárias em uma interpretação histórica mais ampla. A documentação não oferece uma narrativa pronta sobre a população africana; cabe à investigação relacionar os vestígios e compreender as relações sociais que lhes conferem significado.

A presença africana e afrodescendente pode, portanto, ser identificada em diferentes dimensões da construção da sociedade catarinense. No plano demográfico, constituía parcela expressiva da população; no econômico, participava de atividades agrícolas, baleeiras, pesqueiras, urbanas e de serviços; no militar, encontrava-se relacionada às estruturas de defesa e manutenção das fortificações; no social, estabelecia relações familiares, comunitárias e de solidariedade; no religioso, participava de irmandades e práticas devocionais; e, no cultural, contribuía para a construção de práticas, conhecimentos e formas de sociabilidade que ultrapassaram o período da escravidão.

A experiência desses sujeitos foi, entretanto, marcada por profunda violência. A incorporação de africanos à sociedade catarinense ocorreu no interior das redes do tráfico atlântico de escravizados. Ainda que a capitania não tenha constituído necessariamente um grande centro de chegada direta de navios provenientes da África, sua população escravizada estava integrada aos circuitos do tráfico que articulavam diferentes portos da América portuguesa, especialmente o Rio de Janeiro. A presença de africanos oriundos de diferentes regiões do continente evidencia a inserção de Santa Catarina nas redes mais amplas da diáspora africana.

Os registros relativos à mortalidade também permitem dimensionar a violência desse processo. Os levantamentos utilizados nesta pesquisa apontam, por exemplo, para a morte de quinze africanos recém-desembarcados em fevereiro de 1811, pertencentes ao capitão José Luís do Livramento, poucos dias após sua chegada à Ilha de Santa Catarina. Episódios dessa natureza devem ser compreendidos no contexto das condições extremamente adversas impostas pelo tráfico atlântico, pelas travessias marítimas, pela alimentação precária, pelas doenças e pelas condições de vida impostas aos africanos escravizados. A presença africana na capitania, portanto, não pode ser desvinculada da violência estrutural do tráfico e da escravidão.

Ao mesmo tempo, reduzir essa história à violência significaria novamente limitar a ação dos próprios sujeitos. Africanos e afrodescendentes construíram relações, famílias, redes de solidariedade, estratégias de mobilidade e espaços de organização coletiva. As irmandades constituem uma das expressões

mais visíveis dessa capacidade de organização, mas não a única. As diferentes atividades econômicas, os processos de alforria e as formas de circulação também demonstram que esses sujeitos atuavam dentro das possibilidades concretas oferecidas — e limitadas — pela sociedade escravista.

É nesse equilíbrio entre estrutura e ação que a experiência africana deve ser interpretada. De um lado, estavam as instituições coloniais, as relações de propriedade, a exploração do trabalho, os mecanismos de controle e as hierarquias sociais. De outro, encontravam-se homens e mulheres que, submetidos a essas estruturas, desenvolveram diferentes formas de atuação, negociação, solidariedade e resistência. A história da população africana em Santa Catarina não é, portanto, apenas a história da escravidão; é também a história das formas pelas quais indivíduos e comunidades viveram, trabalharam, circularam, construíram relações e produziram referências culturais em uma sociedade marcada pela escravidão.

A partir dessa perspectiva, os chamados legados africanos não devem ser procurados exclusivamente em manifestações culturais facilmente identificáveis no presente. Eles também estão presentes nos próprios processos históricos de construção da sociedade regional: nas práticas de trabalho, nos conhecimentos, nas relações familiares, nas redes de solidariedade, nas instituições religiosas, nas formas de circulação e nas experiências comunitárias. O legado africano é, nesse sentido, resultado de um processo histórico de longa duração, marcado simultaneamente pela violência da escravidão e pela capacidade dos sujeitos de criar, preservar, reelaborar e transmitir práticas e referências culturais.

A análise da documentação permite, assim, questionar a ideia de que a presença africana teria sido residual na formação de Santa Catarina. O requerimento de José Francisco de Sousa demonstra a integração do trabalho escravizado à produção agrícola e ao abastecimento das tropas; o despacho sobre a guarnição evidencia a importância das estruturas de defesa no processo de consolidação territorial; o ofício de 1768 demonstra a presença de escravizados em espaços militares; o requerimento de 1783 revela a preocupação das autoridades com a circulação de pessoas escravizadas; e os Compromissos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário evidenciam a construção de espaços próprios de organização e sociabilidade da população negra.

Tomadas em conjunto, essas evidências permitem compreender que africanos e afrodescendentes estavam presentes em diferentes dimensões da vida colonial. Sua participação não pode ser considerada periférica, uma vez que estava relacionada à produção econômica, ao abastecimento, à defesa territorial, à organização social e às práticas religiosas. A população negra constituía parte integrante da sociedade que se formava na capitania, ainda que sua presença tenha sido posteriormente obscurecida por narrativas centradas na experiência europeia.

Reconhecer essa participação implica, portanto, repensar a própria construção da identidade histórica catarinense. A formação da região resultou da interação entre diferentes populações, marcada por conflitos, desigualdades, negociações, deslocamentos e processos de intercâmbio cultural. A experiência

açoriana e, posteriormente, a imigração europeia são componentes importantes dessa história, mas não podem ser utilizadas para explicar isoladamente a formação da sociedade catarinense.

Entre 1738 e 1822, africanos e afrodescendentes estiveram inseridos nas principais dinâmicas de transformação da Capitania de Santa Catarina. Estiveram presentes nos campos e nas vilas, nas atividades agrícolas e baleeiras, nos serviços urbanos e nas estruturas militares, nas redes de circulação e nas instituições religiosas. Foram escravizados, libertos e livres; trabalhadores, membros de irmandades, familiares, moradores e agentes de suas próprias trajetórias. As fontes disponíveis, embora fragmentárias e marcadas pelo olhar das instituições coloniais, permitem recuperar parte dessas experiências e demonstrar a centralidade da presença africana na formação histórica da região.

Investigar as africanidades catarinenses significa, desse modo, mais do que preencher uma lacuna da historiografia. Significa questionar representações consolidadas sobre a formação regional, ampliar o conjunto de sujeitos reconhecidos pela narrativa histórica e compreender Santa Catarina como resultado de experiências sociais, culturais e populacionais diversas. A presença africana não constitui um capítulo à parte da história catarinense. Ela integra a própria história da formação do território, da economia, das relações sociais, das instituições e das práticas culturais que constituíram a sociedade catarinense entre o século XVIII e o início do século XIX.

4 CONCLUSÃO

A formação histórica de Santa Catarina não pode ser compreendida exclusivamente pela perspectiva da colonização europeia. As evidências analisadas demonstram que africanos e seus descendentes participaram ativamente da ocupação e organização do território, das atividades produtivas, da defesa militar, das relações sociais, das práticas religiosas e da constituição cultural da capitania. Sua presença foi, portanto, estrutural para o funcionamento da sociedade catarinense, envolvendo tanto as experiências marcadas pela escravidão e pela exploração quanto diferentes formas de sociabilidade, mobilidade, resistência e construção de redes comunitárias. Reconhecer essas trajetórias permite superar interpretações que relegaram a população negra a uma posição secundária e compreender a formação de Santa Catarina a partir da diversidade dos sujeitos que a constituíram.

Tornar visíveis as experiências africanas e afrodescendentes possui também importante dimensão educacional e social, especialmente diante da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, determinando a abordagem da História da África e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e de sua contribuição para a formação da sociedade nacional. Nesse sentido, conhecer a presença africana em Santa Catarina entre 1738 e 1822 contribui para a efetivação dessa legislação em âmbito regional, oferecendo subsídios para que o ensino de História incorpore as experiências da população negra não como elemento complementar, mas como parte

constitutiva da própria história catarinense. A posterior Lei nº 11.645/2008, ao ampliar essa perspectiva para incluir também a História e Cultura dos povos indígenas, reforça a necessidade de narrativas históricas plurais e comprometidas com a diversidade da formação brasileira.

Assim, este estudo evidencia que as africanidades catarinenses não constituem um aspecto marginal ou secundário do passado, mas uma dimensão fundamental da formação histórica, social e cultural de Santa Catarina. Recuperar essas trajetórias significa ampliar a historiografia, confrontar silenciamentos e contribuir para a construção de uma memória social mais plural e democrática. Ao reconhecer a participação de africanos e afrodescendentes na economia, na ocupação territorial, na defesa, nas práticas religiosas, nas relações comunitárias e na produção cultural, reafirma-se que a história de Santa Catarina foi construída por diferentes povos e sujeitos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2002.

COLAÇO, Thais Luzia. Fragmentos do cotidiano das fortificações catarinenses. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, v.8, n.19, p.45-53, 2011. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/articloe/view/144>. Acesso em: 01 set. 2023.

DALLABRIDA, Norberto. O colégio jesuítico da Vila do Desterro e a expansão portuguesa no Atlântico Sul. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.). **História de Santa Catarina (séculos XVI a XIX)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p. 133-148.

GOMES, Luciano Costa. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 593-615, set./dez. 2017.

JESUS, Nauk Maria de; SYMANSKY, Luís Cláudio Pereira. Olhares e reflexões sobre africanos e afrodescendentes em Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. In: JESUS, Nauk Maria de et al. **Ensino de História**: trajetórias em movimento. Cáceres – MT: Editora Unemat, 2007.

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996.

SILVA, Luiz Geraldo. “**Sementes da sedição**”: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). *Afro-Ásia*, n. 25-26, 2001.

FONTES HISTÓRICAS

Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – Florianópolis – SC

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1807. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1842.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU / Lisboa – Portugal

AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 37. DESPACHO do Conselho Ultramarino sobre a guarnição de Santa Catarina. Lisboa, 17 de julho de 1747.

AHU-Santa Catarina, cx. 1, doc. 60. REQUERIMENTO de José Francisco de Sousa ao rei [D. João V], solicitando escravos para poderem trabalhar na lavoura de suas terras, e ficar como obrigação do pagamento deste empréstimo os frutos da terra em farinha para tropas. 1749.

AHU-Santa Catarina, cx. 3, doc. 71. OFÍCIO do governador de Santa Catarina, Francisco de Sousa de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado] sobre o estado lastimável dos escravos do preso José de Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo que se encontram presos na fortaleza da ilha. Santa Catarina, 15 de setembro de 1768.

AHU-Santa Catarina, cx. 5, doc. 51. REQUERIMENTO de Rodrigo Antônio Gonçalves à rainha [D. Maria I], solicitando a mesma facilidade concedida pelo alvará de 14 de junho de 1751 aos escravos que passam para os domínios estrangeiros sem ser cobrado fiança sobre eles. Anexo: requerimentos, instrumento de pública forma. 1783.